13:12 22%

Opinião do GLOBO

Renegociação de leniências não é revisionismo

Prazo de 60 dias concedido no STF se destina a rever valor das multas, não a anular provas de corrupção

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a análise de decisão do ministro Dias Toffoli que anulou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht (rebatizada de Novonor) no âmbito da Operação Lava-Jato. O colegiado decidiu por unanimidade esperar a tentativa de conciliação, promovida noutro processo, envolvendo 11 empresas que assinaram acordos de leniência num valor estimado em R$ 17 bilhões — Odebrecht inclusive.

Os partidos PSOL, PCdoB e Solidariedade alegaram ilegalidades nesses acordos de leniência e pediram a suspensão das multas das companhias que confessaram envolvimento em corrupção. Argumentam que eles foram fechados em momento marcado por "reprovável punitivismo". Afirmam que houve "coação" e falam em "Estado de Coisas Inconstitucional". Sustentam, por fim, que o Acordo de Cooperação Técnica (ACT), com regras sobre os procedimentos em leniências, foi posterior à Lava-Jato e pedem a revisão do que foi fechado antes.

Relator desse processo, o ministro André Mendonça decidiu que o caso será julgado pelo plenário. Mas, antes disso, tentou uma saída consensual. Em audiência com representantes da Procuradoria-Geral da República, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União, da Controladoria-Geral da União e das empresas, ele suspendeu os pagamentos das multas por 60 dias, prazo para que os envolvidos cheguem a consenso sobre os termos do acordo e o valor a pagar. Apesar de ter aparentemente atendido ao pleito das empresas, Mendonça foi preciso ao afirmar que não há espaço para "revisionismo histórico". Ele está certo.

Os fatos usados para sustentar os acordos, com confissões e vasta comprovação documental da corrupção, são inquestionáveis. Mendonça disse o óbvio, mas, no momento atual, quando muitos tentam apagar crimes do passado, sua declaração é necessária. Na presença dele, nenhum advogado das empresas implicadas afirmou ter havido coação. Portanto não há questão sobre a validade dos acordos. O que está em discussão é o valor das multas.

O objetivo é que a negociação aconteça com base nos princípios "da boa-fé, da mútua colaboração, da confidencialidade, da razoabilidade e da proporcionalidade". Para que essas metas sejam atingidas, as autoridades deverão examinar os detalhes. É evidente que companhias tentarão exagerar seu risco financeiro para tentar obter descontos ou dilatar prazos, mantendo os benefícios garantidos pelos acordos de leniência. Mas não se pode sacrificar o combate à corrupção sob o argumento de evitar dano econômico a uma ou outra empresa. Ao contrário, a economia se beneficia de relações transparentes de todas as empresas com o Estado.

Quando Toffoli anulou as provas do acordo de leniência da Odebrecht, argumentou que os envolvidos "desrespeitaram o devido processo legal, descumpriram decisões judiciais superiores, subverteram provas, agiram com parcialidade". Desde então, suspendeu as multas da J&F e da própria Odebrecht, num movimento temerário que ignora a teia de corrupção comprovada pelas empresas ao firmar tais acordos. Casos dessa envergadura precisam ser avaliados pelo plenário do STF. O prazo de 60 dias dado por Mendonça existe apenas para renegociar termos e valores dos acordos, não para invalidar provas de corrupção, em mais um recuo com prejuízo para o país.

Não é razoável misturar contribuição a sindicatos com discussão sobre feriados

Qualquer que seja a proposta do governo, trabalhador deve ter direito a não contribuir se assim desejar

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, não desfez a confusão criada pelo próprio governo sobre o trabalho aos feriados e, em vez disso, criou mais confusão. Ao prorrogar por 90 dias as normas atuais para que estabelecimentos funcionem sem restrições nessas datas, ele disse que o assunto deverá ser tratado por um Projeto de Lei que deverá abordar também a contribuição a sindicatos. São temas sem relação nenhuma, e não há motivo para que sejam tratados em conjunto.

Em reunião com parlamentares, Marinho pediu apoio para aprovar uma proposta trazendo de volta a contribuição a sindicatos com desconto no salário. Ele nega querer ressuscitar o imposto sindical obrigatório — extinto na reforma trabalhista de 2017 — e fala, no lugar disso, em "contribuição negocial". Parlamentares que participaram do encontro disseram que ela seria cobrada nos acordos coletivos como contrapartida pelo serviço dos sindicatos. Os detalhes deverão ser apresentados em 15 dias.

É natural que o atual governo, com raízes históricas no movimento sindical, se preocupe com a derrocada financeira dos sindicatos. Depois da reforma de 2017, a arrecadação deles, que chegara a R$ 3 bilhões por ano, caiu para R$ 53,6 milhões em 2022. Mas qualquer proposta que avance sobre o bolso do trabalhador precisa ser analisada com cautela. Em primeiro lugar, o governo precisa deixar claro o que pretende. Transparência e diálogo não têm sido pontos fortes do Ministério do Trabalho.

Contribuição sindical é tema sempre sensível. Em setembro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 10 votos a 1, que é constitucional instituir uma cobrança assistencial de empregados (sindicalizados ou não) por meio de acordo ou convenção coletiva. Mas deixou claro que é assegurado ao trabalhador o direito de oposição. Isso significa que ele pode recusar o desconto em seu salário. Esse é o ponto fundamental da questão — e qualquer proposta deve obrigatoriamente levá-lo em conta.

O argumento do STF é sensato. Diferentemente da contribuição sindical obrigatória, a assistencial se destina a financiar a atividade exercida em nome de todos (não sindicalizados também se beneficiam dos acordos coletivos). Mas é preciso permitir que um trabalhador recuse o desconto se não se sentir representado. Para isso, é essencial que lhe sejam oferecidos meios, como formulário na internet ou carta simples à empresa ou ao sindicato. Não é razoável que ele encontre dificuldade para rejeitar algo que não pediu.

Seja qual for a proposta do governo para reforçar o caixa dos sindicatos, ela deve ser tratada com transparência e não deve se misturar com a questão dos feriados. O trabalhador tem o direito de saber o tamanho da mordida em seu contracheque e de recusá-la sem burocracia se assim desejar. Espera-se que o governo tenha aprendido com a sucessão de trapalhadas sobre o trabalho nos feriados, até agora à espera de regulamentação sensata.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Massa aspiracional

Quanta diferença do Lula que, em recente entrevista, declarou querer fazer "um governo para a classe média" para o dia em que a filósofa Marilena Chauí gritou que detestava "a classe média", provocando risos do próprio Lula. Já se passaram muitos anos, e a ficha caiu, pelo menos para o presidente. As voltas com o *aftershock* da manifestação bolsonarista na Paulista, ele tenta se aproximar dos evangélicos abrindo as burras do governo com isenções tributárias até para compra de carros para as cúpulas religiosas, num Estado supostamente laico.

Melhor faria se olhasse para dentro das comunidades evangélicas e demais segmentos comunitários das periferias para entender seus sentimentos, detectados logo após a eleição municipal que o PT perdeu em São Paulo, em 2016, por uma pesquisa do Instituto Perseu Abramo, do próprio partido. O que o então diretor do Datafolha Mauro Paulino, hoje comentarista da GloboNews, chamou de "aburguesamento de valores" da classe média brasileira já estava identificado ali.

Já abordei o tema aqui algumas vezes, mas não custa repetir. O instituto avisava que o "imaginário social dos moradores da periferia de São Paulo", já àquela época, revelava intensa presença dos valores liberais do "faça você mesmo", do individualismo, da competitividade e da eficiência. Uma população que não crê em partidos; almeja crescer individualmente; busca transformações, mas é pouco afeita a rupturas; anseia por novas ideias, mas é também pragmática.

Quem também identificou pioneiramente essa classe emergente como base política fundamental foi o sociólogo e professor de Harvard Roberto Mangabeira Unger, que andou recentemente envolvido numa tentativa frustrada de evitar a eventual prisão de Bolsonaro para, segundo ele, pacificar o país. Ele considera que "os emergentes" representam "a afirmação do agente mais fundamental do país". Nessa categoria, inclui "a pequena burguesia em grande parte evangélica" e "uma multidão de trabalhadores mais pobres, que assimilaram essa cultura de autoajuda e iniciativa. Eles são a vanguarda do povo brasileiro, agentes decisivos".

Lula tenta se aproximar dos evangélicos abrindo as burras do governo com isenções até para compra de carros para as cúpulas

Mangabeira Unger considera que os evangélicos brasileiros têm semelhança com pioneiros que fundaram os Estados Unidos e seu espírito empreendedor, que faria a diferença para o desenvolvimento do Brasil. As pesquisas durante a eleição presidencial mostraram que a sociedade exaltava o "autoritarismo" de Bolsonaro, provavelmente confundindo com "autoridade", para trazer ordem aos serviços públicos, proteção à família (instituição mais valorizada pelos brasileiros segundo o Datafolha) e meritocracia no trabalho. Tudo sob a proteção divina."

Bolsonaro foi identificado como quem mais ajudava os ricos, primeira vez que um candidato à Presidência da República liderou a disputa com essa definição, que era depreciativa e hoje parece ser uma qualidade almejada pela maioria, com sonhos de ascensão social. Mangabeira Unger acha "decisivo" para qualquer orientação transformadora do Brasil o surgimento de uma nova classe média e uma nova cultura de emergentes, "esse pessoal que estuda à noite, luta para abrir um negócio, ser profissional independente, que está construindo uma nova cultura de autoajuda e de iniciativa e está no comando do imaginário nacional".

Ele percebeu o movimento "como um elemento entre muitos dessa nova base social. São dezenas de milhões de brasileiros organizados". A delicadeza da intervenção política na disputa ideológica dessa massa periférica aspiracional é neutralizar as visões radicais de setores evangélicos, que querem misturar religião com o Estado. E livrar essa massa da tentativa do PT de comandá-la.

A popularidade de Lula hoje, mais do que nunca, se ancora nos grotões do interior, onde uma horda de desvalidos é cuidadosamente manipulada por seus programas assistencialistas. São os excluídos, presentes em maior parte no Nordeste, única região em que o petista ganha de Bolsonaro com 60% dos votos válidos. Mesmo assim, as ações sociais que os amparam já não são tão fundamentais, pois já foram incorporadas ao cotidiano.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariborn Dias Lopes - ariborn.dias@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Frédal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cacuso - veracuso@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Calmon Filho - wilter.calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@sob.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para vendasavulsas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5101 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

Leia aqui o livro-projeto Carbono Free

CARBON FREE